



Edição Especial da Federação dos Empregados em Estabelecimentos e Serviços de Saúde do RS e dos Sindicatos dos Trabalhadores da Saúde do Estado

Entidades buscam soluções para a crise dos hospitais

Foto: Ique Silveira

As entidades sindicais dos trabalhadores e os representantes das entidades patronais da saúde se reuniram no dia 30 de novembro, na sede da Feessers, para começar a discutir as possíveis soluções para as crises históricas que passam um grande número de hospitais filantrópicos no Estado.

“Os trabalhadores da saúde são os maiores interessados na solução destas crises, pois há anos que sofrem nos seus salários, a falta de recursos devido à má gestão dos hospitais”, esclareceu o presidente da Feessers, Miltom Kempfer.

No dia 28, da mesma semana, a Feessers entregou uma carta ao Ministério Público do Trabalho, à Procuradoria Regional da República e à Procuradoria Geral da Justiça, onde avaliava o problema da crise dos hospitais e propunha um conjunto de medidas para solucioná-la (ver página 4).

A questão também foi discutida durante reunião da Mesa Negocial do SUS, no dia 29 de novembro. No outro dia

a Federação dos Hospitais (Fehosul) se reuniu e propôs um encontro com a Feessers.

Apesar das diferenças entre patrões e trabalhadores existem pontos comuns que podem ser trabalhados por todas as entidades, para solucionar de vez os problemas dos hospitais.

O interesse é de todas as partes: Para os trabalhadores representa receber os salários em dia, respeito aos seus direitos fundamentais e melhorias nas condições de trabalho, para os patrões pode ser uma maneira de manter os hospitais e para a população representa um melhor atendimento nos serviços de saúde.

Participaram da reunião o Sindisaude-RS, Sindisaúde-Caxias do Sul, Fees-



Audiência Pública na Assembléia Legislativa definiu a formação de uma comissão para buscar soluções para a crise

sers, Simers, Sindiberf e Fehosul.

Nesse primeiro encontro foram apontados alguns temas e propostas que já foram encaminhadas, como a criação de uma marca para o Movimento, a realização de uma audiência pública na Assembléia Legislativa e um Ato Público dia 30/jan.



Reunião na Feessers foi o primeiro passo para a construção do Movimento



Assembléia Leg Movimento Saúde

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente coordenará o grupo de trabalho formado por representantes de entidades e instituições de saúde que vai revisar e aprimorar as reivindicações e propostas do Movimento Saúde para os Hospitais. A decisão foi tomada na manhã de quarta-feira (20) em audiência pública da comissão, presidida pelo deputado Pedro Westphalen (PP), após o debate sobre a crise dos hospitais e o lançamento do Movimento que busca a recuperação da rede hospitalar filantrópica no Estado.

O grupo de trabalho pretende encaminhar aos órgãos públicos competentes as propostas do Movimento. Na audiência, o presidente do Sindicato dos Hospitais Beneficentes, Religiosos e Filantrópicos do RS (Sindiberf), Júlio Matos, apresentou o texto elaborado em conjunto entre as entidades que compõem o "Movimento Saúde para os Hospitais".

O documento faz uma análise da situação dos hospitais filantrópicos no Estado e apresenta nove propostas para solucionar a crise, que será estudada por este grupo formado na Comissão. Após a apresentação seguiu-se o debate onde os representantes das entidades patronais, sindicais, Ministério Público, Secretaria Estadual de Saúde

e Ministério da Saúde, colocaram os seus pontos de vistas.

Para o presidente da Federação dos Empregados em Empresas e Estabelecimentos e Serviços de Saúde (Feessers), Miltom Kempfer, é importante não falar mais em crise, mas sim buscar soluções definitivas. "Estamos juntos com as entidades patronais porque os trabalhadores sofrem as consequências diretas de todos os problemas dos hospitais. Nós sustentamos os hospitais, quando atrasam os salários cerca de cinco ou seis meses, ou usam o FGTS e o INSS que são do trabalhador para pagar outras despesas", relatou Kempfer.

Solução definitiva

O presidente do Sindicato

dos Trabalhadores da Saúde (Sindisaúde-RS), João Menezes, disse que historicamente sempre estiveram em posições opostas as entidades patronais. "Há nove anos que o Sindiberf não fecha acordo com os trabalhadores", acrescentou. No entanto, reconheceu que este é o momento para buscar uma solução definitiva, com todos os envolvidos nesta questão. "Por isto estamos participando deste Movimento. Hoje mesmo, estamos com duas greves em Guaíba e agora no Beneficência Portuguesa, semana passada os trabalhadores de Montenegro estavam paralisados. Precisamos de uma solução, que garanta condições de trabalho digno e um bom atendimento à população".

Reconhecimento dos direitos dos trabalhadores

A deputada Jussara Cony analisou o documento e disse que os representantes patronais, no caso do Sindiberf, avançaram muito ao reconhecer os direitos dos trabalhadores.

O presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do RS, Francisco Ferrer, disse que no Rio Grande do Sul as ins-



O Movimento elaborou nove propostas como o reajuste dos valores e o

tuições filantrópicas respondem por 66,6% dos leitos do Sistema Único de Saúde (SUS), realizando mais de 70% das internações.

Conforme diagnóstico apresentado, a crise da rede filantrópica tem como causa principal a defasagem na remuneração da tabela do



Miltom Kempfer: Os trabalhadores sustentam os hospitais nas crises



João Menezes: Precisamos de uma solução definitiva

Legislativa apóia o para os Hospitais



Foto: Ique Silveira



do SUS, o financiamento de dívidas, ampliação do controle social respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores entre outras

SUS para hospitais e prestadores de serviços. “A dívida desses hospitais é superior a R\$ 350 milhões. Estima-se que o déficit entre

repasses e o necessário para cobrir custos de atendimento seja de 82%. A correção dos valores pagos é crucial para garantir o equilíbrio

econômico e financeiro das instituições, a manutenção de empregos e condições para o exercício profissional”, afirmou Ferrer.

Além do reajuste dos valores pagos a todos os prestadores complementares do SUS no Estado, o movimento também propõe o financiamento de dívidas e a constituição de câmaras técnicas junto aos Conselhos Municipais de Saúde para ampliar o controle social na execução dos convênios e contratos firmados com os prestadores.

Para o presidente do Sindicato dos Hospitais Beneficentes, Religiosos e Filantrópicos do RS, Júlio Matos, “assim como os peixes, a saúde está morrendo de asfixia por falta de recursos”. Ele ressaltou que os investimentos estão aquém dos 12% previstos na Constituição Federal para o setor da saúde.

12% para Saúde

O promotor do Ministério Público Estadual Mauro Silva de Souza, não questionou o documento, mas apresentou um conjunto de dados para que os presentes refletissem. Ele salientou que os governos não cumprem a determinação da Emenda Constitucional nº 29. “Estamos tentando exaustivamente com os gestores e o Executivo o cumprimento dos 12%”, revelou Souza.

O secretário Estadual de Saúde, João Gabbardo, concordou que falta condições financeiras para ampliar o atendimento hospitalar, mas destacou que por ou-

tro lado, hoje os governos também estão atuando muito mais na área preventiva e isto pode ser um fator para que diminua os pacientes e os recursos para os hospitais. “Sabemos que os recursos são insuficientes e que precisamos de mais dinheiro para a saúde. Mas, lembrou que as dificuldades não se resumem a crise dos hospitais”, disse. Gabbardo espera que o Ministério da Saúde, o Estado e o município possam cumprir a emenda constitucional nº 29. “A decisão de levar a preocupação à futura governadora para verificar quais as verbas que serão disponibilizadas para a saúde é fundamental”, considerou Gabbardo.

A audiência teve também a participação do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Fernando Záchia (PMDB), que se comprometeu em levar as propostas e os anseios dos representantes do setor à futura governadora. “Vamos trabalhar com o objetivo de buscar as devidas soluções para o setor”, assegurou Záchia. Na avaliação do presidente da comissão, deputado Pedro Westphalen (PP), a crise dos hospitais está acarretando prejuízos aos médicos, aos trabalhadores da saúde e a comunidade em geral. “É um absurdo faltar recursos para que os hospitais desenvolvam um serviço de qualidade”, desabafou Westphalen.

Trabalhadores lotaram a Assembleia legislativa



Os diretores dos Sindicatos da Saúde do interior do Estado convidado pela Feessers compareceram e lotaram o auditório do plenarinho da Assembleia Legislativa no dia 21 de dezembro 2006.



Plenarinho da Assembleia ficou lotado durante a audiência

Feessers recorre aos Ministérios Públicos para buscar uma solução para a crise

A Federação dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Rio Grande do Sul (Feessers), representando cerca de 100 mil trabalhadores, empregados em hospitais, clínicas, laboratórios e consultórios médicos, entregou um documento, no dia 28 de novembro ao Ministério Público Federal, Estadual e do Trabalho, expondo a gravíssima situação pela qual milhares de trabalhadores vem passando, devido à "crise" dos hospitais privados (Filantrópicos e Lucrativos) de nosso Estado.

Segundo o documento essa crise, que não é de hoje, tem causas por demais conhecidas por toda a população: carência de recursos, má gestão dos hospitais, terceirização de setores melhor remunerados, investimentos em tecnologias importadas. Tudo isso levou ao endividamento dos Hospitais, com consequência direta

aos direitos dos trabalhadores e ao atendimento da população. No entanto, o que se observa é o pouco espaço para o debate da solução do problema.

Após a realização de duas Caravanas da Saúde a Feessers faz as seguintes constatações:

1) A sustentação jurídica para a solução do proble-

ma esta na própria Legislação do SUS, que prevê entre tantas coisas, a municipalização da gestão, com custeio tripartite. Portanto a primeira providência cabível é chamar a responsabilidade dos gestores municipais, para que assumam de fato e de direito a gestão das instituições, requisitando bens e serviços para garantir seu pleno funcionamento;

2) A despesa de custeio das instituições hospitalares não sofre oscilações significativas, muitos administradores de hospitais são taxativos em afirmar que: As despesas dos hospitais são fixas, apenas sofrendo alteração no mês de dezembro em função do 13º salário, pois a folha de pagamento é a maior despesa de um hospital;

3) A receita dos hospitais

é variável e insuficiente. Como o pagamento dos hospitais são por produção de serviços, esses hospitais sofrem oscilações significativas em suas receitas. Também com os investimentos em saúde preventiva, muitos hospitais tiveram queda na taxa de ocupação. O certo é que os hospitais têm um custo de manutenção de uma estrutura que não produz mais serviços suficientes pra gerar receitas, resultando num déficit operacional grandioso.

A fórmula para solucionar o problema apresentada pela Feessers é a seguinte:

- O município assume a gestão do hospital em crise, elabora um orçamento que contemple os custos com: Pessoal, alimentação, medicação e manutenção;

- Esse orçamento deve ser apreciado e aprovado pelos Conselhos de Saúde e pelos Legislativos e pactuados com o Estado e a União, nas câmaras bi e tripartites;

- Por fim, após o estancamento do déficit mensal se faz necessário um projeto nacional para quitação de dívidas pendentes das instituições hospitalares.

Com base nestes argumentos a Feessers solicitou ajuda ao Ministério Público Federal, Estadual e do Trabalho, pois na avaliação da entidade, se nada for feito, estará se institucionalizando a escravidão nos serviços de saúde, já que os pagamentos de salários e obrigações sociais estão totalmente comprometidos em mais de 15 hospitais, podendo aumentar esse número.

Ato Público em Defesa da Saúde dos Hospitais

Dia 30 de janeiro

9h no Aud. Dante Barone (Assembléia Legislativa) e às 11h no Palácio Piratini



A Feessers solicita aos Sindicatos dos Trabalhadores da Saúde do Interior do Estado que organizem as caravanas para participar deste Ato, que façam contatos com os prefeitos, os vereadores, os secretários de saúde, os administradores de hospitais, os conselhos municipais de saúde, outras entidades sindicais, comunitárias e lideranças locais. Além de divulgarem para os veículos de comunicação locais.